

O PROLETÁRIO APARECE

Oswaldo Humberto L. Ceschin *

*A Valentim Faccioli, amigo e companheiro
de esperança e de trabalho*

RESUMO: *O trabalho, depois de considerar alguns elementos históricos da palavra **proletário**, examina algumas de suas principais ocorrências em textos da literatura brasileira, do século XIX especialmente, e comenta seu emprego num dos "Cromos" publicados por B. Lopes em 1881.*

Palavras-chave: *proletário, classe social, etimologia, estilística, história, literatura, marxismo.*

Uma das mais fascinantes palavras dos tempos modernos tem raiz profunda e longa tradição. Perdeu, entretanto, de uns tempos para cá, em razão de circunstâncias já sabidas, parte de seu fascínio. É bem verdade que, no Brasil, a força expressiva de *proletário* não operou nem prosperou. Descaracterizou-se. Serviu a muitos de pretexto e a vários, de expediente; muito pouco a boas causas. Aquele a que designa talvez o ignore e mais o estranhe. Tem aspecto desajeitado de estrangeiro e soa um pouco áspero, desacomodado. Ganhou um valor depreciativo e sofre dos mesmos preconceitos que marcaram sua origem e histórica trajetória. Ocorre em língua portuguesa como em várias outras e por isso pode até merecer notoriedade: contribui, a seu modo, para unir, feito desenho da própria contradição.

(*) Professor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, FFLCH-USP.

Quando em fevereiro de 1848, Marx e Engels concluíram a redação do Manifesto, imprimiram numa frase em apelo uma proposta síntese que só a devoção laboriosa ou a expressão obstinada, impostas pela consciência política ou pela necessidade, poderiam sustentar: “proletários de todos os países, uni-vos!” É ainda do mesmo Manifesto: “Nas primeiras épocas históricas, verificamos, quase por toda parte, uma completa divisão da sociedade em classes distintas, uma escala graduada de condições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores, vassalos, mestres, companheiros, servos; e, em cada uma destas classes, gradações especiais.” Observa-se que o trecho alude distintamente a patrícios e cavaleiros, que, em certo aspecto, formavam entre os patrícios; mas mantinham um estatuto próprio, dada sua importância militar e também política. A *ordo equestris*, de fato, compunha um segmento à parte nessa economia social. Rivalizava, via de regra, com outra ordem a dos senadores, que dominavam a casta religiosa dos sacerdotes ou magistrados, e daí, o culto e a lei – na antiga cidade, sempre presa à religião. Em momentos de ameaça externa, principalmente, exibia sua importância essa cavalaria guerreira e aristocrática que podia manter a próprio custo seu caro equipamento de ação. Era indispensável à *classis*, por isso, constituía uma espécie de corporação privilegiada nesse sistema romano e latino, talvez de influência etrusca.

O termo *classis*, nessa época, identificava-se com “corpo de tropa” e a cada um pertencia um segmento social segundo seus bens e direitos. Cada classe era dividida em centúrias. Na classe especial dos cavaleiros ainda no período do reinado foram admitidos os mais ricos plebeus, que formaram doze centúrias, uma conquista da plebe que nem as posteriores iniciativas do patriciado, conseguindo anular as leis que Sêrvio concedera a ela, puderam desfazer; principalmente pela necessidade de manter a organização do exército, que representava a sobrevivência da urbe. Dessa organização primitiva do exército e de seu reflexo na organização do sistema político das assembleias centurias ou comícios, um segmento numeroso da população romana permanecia alijado e só em outro momento pôde formar uma centúria utilizada em trabalhos, nas atividades militares, o dos proletários.

Enquanto os plebeus reconquistavam direitos e alcançavam outros durante o período republicano, enriquecidos ao mesmo título dos patrícios, muitos deles; enquanto os clientes e os escravos, protegidos pelo interesse do estado ou do patrono, mantinham-se de certo modo abrigados, os demais que formavam a multidão dos obreiros sem face, apesar de livres, somente contavam, para sobrevivência, com a força do trabalho que podiam oferecer, em troca de mísero pagamento em espécie ou moeda que não dava para acumular. Sem proteção, sem meios de subsistência, esses indivíduos ficaram à mercê das classes que dirigiam os negócios de Roma e das regiões conquistadas, nos séculos que seguiram ao reinado, e foi muito lenta a conquista dos direitos de que já gozavam de longa data os cidadãos das classes dos patrícios com sua clientela e dos plebeus.¹

Ao denominar os operários do mundo moderno com essa palavra histórica, o *Manifesto* sinaliza um fenômeno que operou em circunstâncias sociais diferentes, mas manteve algumas peculiaridades de origem, como “o proletário nada tem de seu”; “os operários são constrangidos a vender-se diariamente, são mercadoria”; “as leis, a moral, a religião são para ele meros preconceitos burgueses, atrás dos quais se ocultam outros interesses burgueses”². Se consideramos a correspondência entre burguesia e plebe organizada, não há como negar certas semelhanças entre os fatos que essas sociedades registraram em sua evolução e o justo achado dessa palavra-símbolo tão cara a Marx e Engels e tão representativa dos fenômenos sócio-econômicos que marcam a história do homem no ocidente há mais de vinte e cinco séculos. No período feudal o proletariado mudou de nome e não de condição. Está também na base da força de trabalho do campo como servos, nas novas aglomerações urbanas da Meia Idade européia como vilãos e ingênuos, libertos e

(1) Lembra-me, em boa hora, o Prof. José Antônio Pasta Júnior, a propósito, da menção de Aulo Gêlio: ... id est classicus adsiduusque aliquis scriptor, non proletarius”, comentada por E. R. Curtius em sua *Literatura Européia e Idade Média Latina*, p.316.

(2) Karl Marx e Friedrich Engels. *Manifesto do Partido Comunista*. 5a ed. Rio de Janeiro, Vitória, 1963.

seus filhos, população de vencidos ou imigrados, submetidos à nova ordem dos privilegiados: proprietários nobres, clero e guerreiros a serviço de um senhor que é poder e justiça. Embora desusado nesse período, restrito à herança da documentação antiga, o fenômeno que representava no passado permaneceu, *mutatis mutandi*. A palavra proletário viveu nas línguas européias, na documentação, principalmente de expressão latina, como signo de diferença de direitos e de poder: de separação e injustiça, de exclusão e alienação. Associada ao exercício do trabalho braçal, naturalmente sofreu o mesmo desprestígio que o de seu referente, sobretudo na expansão do capitalismo na sociedade ocidental moderna.

O VOCÁBULO

No francês do século XIV ocorre já na forma evoluída, o que não se dá no português, em que permanece apenas como empréstimo. Também no francês apresenta extensão de sentido, como consequência de uso, a partir do séc. XVIII. É por essa língua que retoma sua vitalidade entre as línguas modernas da Europa. No português, apresenta-se em dicionários, na linguagem técnica, sobretudo, mas são raras as oportunidades até a divulgação do Manifesto Comunista. Bluteau, não o registra, apesar de indicar prole. O nosso Morais já o inclui na edição de 1813. Utilizou-o Rebelo da Silva nos Fastos da Igreja: "... saciando a plebe mendiga dos proletários..." no séc. XIX, em Portugal. Na expressão literária, o vocábulo corre na pena de Machado de Assis, talvez na mais próxima presença do Manifesto de que se tem notícia no Brasil, com valor de adjetivo, e numa das mais incisivas crônicas que ele publicou. Pelo valor histórico e literário essa peça merece a transcrição integral. Não só pelo uso do vocábulo em questão, nesse contexto, mas pela oportuna atualidade dessa página machadiana como documento, como exemplo e como mensagem. É tão eloqüente que emociona.

A reforma pelo jornal³

Houve uma coisa que fez tremer as aristocracias, mais do que os movimentos populares; foi o jornal. Devia ser curioso vel-as quando um século despertou ao clarão d'este *fiat* humano; era a cupula de seu edificio que se desmoronava.

Com o jornal eram incompatíveis esses parasitas da humanidade, essas fofas individualidades de pergaminhos alçado e leitos de brazões. O jornal que tende á unidade humana, ao abraço commum, não era um inimigo vulgar, era uma barreira... de papel, não, mas de intelligencias, de aspirações.

É facil prever um resultado favoravel ao pensamento democratico. A imprensa, que incarnava a idéa no livro, expendi eu em outra parte, sentia-se ainda assim presa por um obstaculo qualquer; sentia-se cerrada n'aquella esphera larga mas ainda não infinita; abriu pois uma represa que a impedia, e lançou-se uma noite aquelle oceano ao novo leito aberto: o pergaminho será a atlantida submergida.

Por que não?

Todas as cousas estão em germen na palavra, diz um poeta oriental. Não é assim? O verbo é a origem de todas as reformas.

Os hebreus, narrando a lenda do Genesis, dão á criação da luz a precedencia da palavra de Deus. É palpitante o symbolo. O *fiat* repetiu-se em todos os chaos, e, cousa admiravel! sempre nasceu d'elle alguma luz.

A historia é a chronica da palavra. Moysés, no deserto; Demosthenes, nas guerras hellenicis; Christo, nas synagogas da Galliléa; Huss, no pulpito christão; Mirabeau, na tribuna republicana; todas essas boccas eloquentes, todas essas cabeças salientes do passado, não são senão o *fiat* multiplicado, levantado em todas as *confusões* da humanidade. A historia não é um simples quadro de acontecimentos; é mais, é o verbo feito livro.

Ora pois, a palavra, esse dom divino que fez do homem simples materia organizada, um ente superior na criação, a pa-

(3) Machado de Assis. "A reforma pelo jornal" 23 de outubro de 1859. Obras Completas. Rio de Janeiro, Jackson, 1937.

lavra foi sempre uma reforma. Fallada na tribuna é prodigiosa, é creadora, mas é o monologo; escripta no livro, é ainda creadora, é ainda prodigiosa, mas é ainda o monologo; esculpida no jornal, é prodigiosa e creadora, mas não é o monologo, é a discussão.

E o que é a discussão?

A sentença de morte de todo o *statu quo*, de todos os falsos principios dominantes. Desde que uma cousa é trazida á discussão, não tem legitimidade evidente, e n'esse caso o choque da argumentação é uma probabilidade de quêda.

Ora, a discussão, que é a feição mais especial, o cunho mais vivo do jornal, é o que não convem exactamente á organização desigual e sinuosa da sociedade.

Examinemos.

A primeira propriedade do jornal é a reprodução ameudada, é o derramamento facil em todos os membros do corpo social. Assim, o operario que se retira ao lar, fatigado pelo labor quotidiano, vae lá encontrar ao lado do pão do corpo, aquelle pão do espirito, hostia social da communhão publica. A propaganda assim é facil; a discussão do jornal reproduz-se tambem n'aquelle espirito rude, com a differença que vae lá achar o terreno preparado. A alma torturada da individualidade infima recebe, acceita, absorve sem labor, sem obstaculo aquellas impressões, aquella argumentação de principios, aquella arguição de factos. Depois uma reflexão, depois um braço que se ergue, um palacio que se invade, um systema que cahe, um principio que se levanta, uma reforma que se corôa.

Malevola faculdade – a palavra!

Será ou não o escolho das aristocracias modernas, este novo molde do pensamento e do verbo?

Eu o creio de coração. Graças a Deus, se ha alguma cousa a esperar é das intelligencias proletarias, das classes infimas; das superiores, não.

As aristocracias dissolvem-se, diz um eloquente irmão d'armas. É a verdade. A acção democrática parece reagir sobre as castas que se levantam no primeiro plano social. Os proprios

brazões já se humanizam mais, e alguns jogam na praça sem notarem que começam a confundir-se com as casacas do agiota.

Causa riso.

Tremem, pois, tremem com este invento que parece abranger os seculos – e rasgar desde já um horizonte largo ás aspirações civicas, ás intelligencias populares.

E se quizessem supprimil-o? Não seria mão para elles; o fechamento da imprensa, e a suppressão da sua liberdade, é a base actual do primeiro throno da Europa.

Mas como! cortar as azas de aguia que se lança no infinito, seria uma tarefa absurda, e, desculpem a expressão, um commettimento parvo. Os pergaminhos já não são azas de Icaro. Mudaram as scenas; o talento tem azas proprias para voar; senso bastante para aquilatar as culpas aristocraticas e as proibições civicas.

Procedem estas idéas entre nós? Parece que sim. É verdade que o jornal aqui não está á altura da sua missão; pesalhe ainda o ultimo élo. Ás vezes leva a exigencia até á lettra maiuscula de um titulo de fidalgo.

Cortezania fina, em abono da verdade!

Mas, não importa! eu não creio no destino individual, mas acceito o destino collectivo da humanidade. Ha um polo attrahente e phases a atravessar. – Cumpre vencer o caminho a todo o custo; no fim ha sempre uma tenda para descançar, e uma relva para dormir.

Na crítica aguda de Machado de Assis à aristocracia há previsões e anseios, há propostas e sentimento de fé na palavra e no seu poder gerador de fatos sociais, uma esperança expressa no destino coletivo da humanidade, guiado pelas “inteligências” proletárias dos humildes. Parece mais razoável, diante do texto de Machado, meditar e refletir. Pouco se pode dizer além. Não só convence e atrai, como comove.

Praticamente contemporâneo de Machado de Assis, porém mais jovem, um dos mais importantes pensadores e críticos da lite-

ratura e da cultura brasileira, Sílvio Romero também se apropriou do vocábulo de forma modelar, ocupando-se dele com absoluta consciência de sua acepção técnica e atualizada, num trabalho elaborado em 1892.

Num capítulo de notável percepção política da realidade brasileira faz o exame das condições sociais e históricas da recém-proclamada República e o das circunstâncias em que se organizam os grupos políticos nessa nova ordem. A respeito do “nosso partido operário” pergunta:

“As seguintes questões a seu respeito estão a pedir uma resposta pronta e decisiva: possuímos já nós aqui as condições, todas as condições indispensáveis à existência de um proletariado político, propondo lutas e projetando reivindicações?

Corresponde a criação de um partido proletário no Brasil a necessidades e aspirações ineludíveis, senão de todo o povo, ao menos de uma grande classe da sociedade?”⁴

Com estas e outras indagações questiona a respeito das discussões e dos esclarecimentos da opinião pública, deficiências cuja existência reprovava e denuncia: “A nossa literatura socialista ainda não existe e só por si este sintoma original é digno de séria meditação: nós aqui tivemos o partido antes de havermos tido a propaganda...”⁵

Depois de estabelecer significativa ordenação da estrutura social sob o aspecto das relações econômicas, em sete distintas classes sociais (e de reconhecer uma “pobreza geral, dando-se até uma singular anomalia: a classe mais pobre que existe no país é justamente a que corresponde à *burguesia* da Europa”⁶), em que aparecem diferenças entre as populações urbanas e as pequenas cidades e o campo, numa análise percuciente e muito sincera, conclui, num trecho que merece também ficar inteiro:

(4) Sílvio Romero. “Os novos partidos políticos no Brasil...” em Antonio Cândido. *Sílvio Romero teoria, crítica e história literária*. São Paulo, EDUSP, 1978, p. 177.

(5) Idem *ibidem*. p. 177.

(6) Idem *ibidem*. p. 180.

“Uns e outros vivem em certa mediania, que não é a miséria, mas também não é a fabulosa riqueza [refere-se aos grandes agricultores e pequenos lavradores]. Seguem-se os trabalhadores rurais, propriamente ditos: antigos homens livres que vivem de seu serviço braçal, e antigos escravos, hoje livres, que praticam de igual sorte.

Esta gente não se queixa e nem lhe falta o que fazer. O mesmo, em regra, dá-se com os colonos estrangeiros.

*Depois aparece a turbamulta dos vadios, dos **cafajestes**, dos pernósticos que, neste abençoado clima, passam perfeitamente, sem ocupações nem preocupações, **à la belle étoile**, como perfeitos boêmios e felizardos poetas...*

Será isto o proletariado estrugidor e tonitruante?

Dizê-lo, seria o mesmo que conferir igual predicado aos quatrocentos ou quinhentos mil índios que habitam os altos recessos do país.

A conclusão a tirar dos fatos é que um partido político e social operário no Brasil é uma criação prematura, artificial, que pode aproveitar a alguns jeitosos, porém, de certo, não vai servir ao operário, ao trabalhador nacional.

*Quereis uma prova? Não dispusessem os operários do direito de **votar**, não pudessem eles levar com seus sufrágios algum pretendente ao Congresso, e, com certeza, não teriam agora tantos amigos...*

*Karl Marx dizia: ‘**Uni-vos, proletários!**’ Nós dizemos aos nossos trabalhadores: ‘**Abri os olhos, amigos!**... Eis o caso.’⁷*

É necessário lembrar que essas considerações se dão ainda no século XIX, bem no início da República.

Nota-se nesse texto a absorção do conceito de “proletário” e “proletariado” pela linguagem da ciência política de tradição moderna, cujo uso passou por Montesquieu, Rousseau e, posteriormente, por Marx.

Na edição de 1888, do *Manifesto*, Engels define expressamente o conceito de “proletários” o qual, como um emblema da teoria marxista, inspirou a literatura sócio-política das últimas décadas

(7) *Op. cit.* p. 182.

do século XIX até hoje: “Por proletários compreende-se a classe dos trabalhadores assalariados modernos, que privados de meios de produção próprios se vêem obrigados a vender sua força de trabalho para poder existir.”⁸

Nessas ocorrências em textos memoráveis da literatura brasileira não se encontra o esboço da depreciação que o vocábulo experimentou em seu uso corrente no século XX. Talvez esse apelo final de Sílvio Romero pudesse alertar para esse acidente, ou talvez a argumentação dialética de Machado na sua crônica prenunciadora pudesse conter, numa das suas expressões de ironia, um indício dessa crise na palavra e na sua principal manifestação da época como proposta para a propaganda da democracia e para a liberdade. Malévola faculdade – a palavra, diz Machado. “Será ou não o escolha das aristocracias modernas este novo molde do pensamento e do verbo?” Ele espera das classes ínfimas, das inteligências proletárias. Mas e o jornal? A resposta não é muito otimista. “É verdade que o jornal aqui não está a altura de sua missão; pesa-lhe ainda o último elo.”

Ainda se espera, neste século, a concretização dessa esperança, pois o que restou para a classe proletária no Brasil pode-se entender de uma passagem muito expressiva do conto “Primeiro de Maio” de Mário de Andrade, já bem posterior ao grande evento revolucionário de 1917 e consagrado à data símbolo da consciência política do proletariado neste século. As aspas do texto inspirado de Mário de Andrade lembram esse jogo de conceitos, que opera em muitas circunstâncias da vida moderna, em que a palavra sofre também uma forma proletária de existência, a mercê das vicissitudes de interesses e das relações de conhecimento, meio e poder:

“Com seus vinte anos fáceis, o 35 sabia, mais da leitura dos jornais que de experiência, que o proletariado era uma classe oprimida. E os jornais tinham anunciado que se esperava grandes motins do Primeiro de Maio...”

(8) Karl Marx e Friedrich Engels. *Op. cit.* p. 22.

E mais adiante:

“O 486 era muito valentão de bôca, o 35 pensou. Pararam bem na frente do Palácio das Indústrias que fagulhava de gente nas sacadas, se via que não eram operários, decerto os deputados trabalhistas, havia até moças, se via que eram distintas, todos olhando para o lado do parque onde eles estavam.

Foi uma nova sensação tão desagradável que êle deu de andar quase fugindo, polícias, centenas de polícias, moderou o passo como quem passeia. Nas ruas que davam pro parque tinha cavalarias aos grupos, cinco, seis, escondidos na esquina, querendo a descrição de não ostentar força e ostentando. Os grilos ainda não faziam mal, são uns (palavrão)! O palácio dava idéia duma fortaleza enfeitada, entrar lá dentro, eu!... O 486 então, exaltadíssimo, descrevia coisas piores, massacres horrendos de ‘proletários’ lá dentro, descrevia tudo com a visibilidade dos medrosos, o pátio fechado, dez mil proletários no pátio e os polícias lá em cima nas janelas, fazendo pontaria na maciota.”⁹

A indicação afetiva das aspas de Mário já revelam um outro momento dessa evolução política que marcou já nessa fase da vida brasileira certa relação de estranhamento entre as idéias, a palavra e os que as adotaram ou rejeitaram, espécie de marca divisória entre a expressão e o conteúdo numa realidade em transformação.

Entretanto uma ocorrência bem representativa e até certo ponto surpreendente do vocábulo *proletário* na tradição escrita do Brasil deu-se num texto literário, como o de Machado e o de Mário mas em outro gênero e muito menos favorável a que assim se desse. Em 1881 o poeta Bernardino da Costa Lopes publica uma coleção de pequenos poemas em estrutura de soneto com o título de *Chromos*. É exatamente num desses poemets de proposta descritiva que “o proletário aparece”. Alguns anos antes da promulgação da Lei Áurea e da Proclamação da República. É fato que não pode permanecer à margem de uma trajetória agônica que parece não ter fim.

(9) Mário de Andrade. “Primeiro de Maio” em *Contos Novos*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1947

B. Lopes nasceu no ano em que Machado publicou sua citada crônica e percorreu como muitos o caminho da poesia e da militância na imprensa. Além de *Chromos*, *Pizzicatos*, *D. Carmem*, *Brazões*, *Sinhá Flor*, *Val de Lírios*, *Helenos – Lírios de quatorze pétalas*, *Plumário*. No início de sua produção literária, apesar de certa espontaneidade despreocupada, revela a influência do parnasianismo, predominante na poesia daquele momento. A partir de *Brazões*, sua produção é nitidamente simbolista, estética de que se torna um convicto integrante e um dos líderes, com Emiliano Pernetta, Oscar Rosas e Cruz e Souza. Como este, teve uma existência cheia de problemas e sofrimentos, com final infeliz. Um caminho de aventuras, alguns êxitos e percalços, que refletem na obra. Nos *Chromos*, que pintou com singeleza e inspiração, deixou os traços de uma rara sensibilidade para as coisas do pequeno mundo cotidiano, que de tão modesto nem se percebe e que só as palavras que tocam podem revelar. É assim que esse mestiço, sutil e inquieto, aproveita um momento de devoção para o registro sublime de uma cena secular e conformada da vida brasileira, num pequeno cromo, um quadro delicado que expressa, ensina e comove, retrato sem remendo da vida proletária, esquecida e maltratada. É um documento datado que acorrenta o tempo antigo, o passado próximo à atualidade.

O LÉXICO E O POEMA, UM POUCO DA FORMA E DA EXPRESSÃO

Proletário é composto latino de *pro*, sufixo de uso comum e abundante, na acepção de “deslocamento para frente” “diante” e “para diante” Mantém, nas línguas românicas, sua vitalidade ainda hoje; do morfema *-ol-*, raiz do v. *olo*, que também aparece como o incoativo *olesco*. O verbo é variante da forma *alo*, correspondente ao grego *aldo*, *aldaino*. Seu semantema expressa “ação de crescer, aumentar, nutrir” Como morfema é prolífero no latim e nas suas derivas, em que se manifesta em vários lexemas, quer nas formas mencionadas, quer na variante *-ul*; está presente em *alimento*, *alto*, *aluno*, *adolescente*, *indole*, *abolir*, *adulto*. De *proletário* participa ain-

da o morfema *-ario*, que é polissêmico e gera derivados com significado de profissão, instrumento, recipiente, reunião e outros mais. Neste vocábulo, foi transmitido na sua forma latina, mas em grande parte de compostos em que aparece sofreu transformação, em português, em *-eiro*, com acepções correspondentes às da forma culta. No lexema em questão, portanto, não houve a evolução fonética característica da transformação do latim medieval; durante o processo histórico na Ibéria medieval, o fenômeno a que o termo aludia, modificado pelas circunstâncias, era identificado com outros signos da expressão verbal.

Discute-se, na derivação do lexema, a presença desse fonema *t*. Há quem o tome por componente de uma forma hipotética, *proletum*, do baixo latim, a partir de *proles*. Carlos Góes, que defende esta formação, atribui ao vocábulo uma útil acepção: “orig. o que ganha o estritamente para sustentar a prole”¹⁰ De *proletum* derivaria, com o sufixo *-arium*. Para Ernoud e Meillet, *proletário* como *solitário* e analógico de adjetivos em *-tários*, cujo *t* pertence ao radical; a formação é a mesma do fr. *cloutieur*, p.ex., e do lat. *diuturnus*, conforme *nocturnus*, “tornando-se vivo graças ao emprego na língua política onde servia para designar o cidadão da última classe que não fornecia à cidade outra fonte senão a sua progenitura”¹¹ É admissível, nesse caso, a formação analógica, mas também é possível supor uma acomodação eufônica na derivação, com o fonema dental, fato ocorrente no latim.

A vitalidade semântica, nesses vinte e tantos séculos de presença léxica nas línguas do Ocidente, com tradição marcada por momentos de grande transformação histórico-social e, via de consequência, lingüística, acusa para a permanência de uma poderosa estrutura na organização humana de que a palavra é signo e símbolo, ora presente e manifesto, ora latente e reprimido; voz sufocada de uma história que desenha, como a poesia e como a

(10) Carlos Góes. *Diccionario de raizes e cognatos da lingua portugueza*. 2a ed. Rio de Janeiro, Alba, 1936. p. 221.

(11) A. Ernoud e A. Meillet. *Dictionnaire étymologique de la langue latine*. 4a ed. Paris, Klynksieck, 1967. s.v.

vida, seu próprio perfil e sua interminável forma. Uma voz que soa em boca alheia, às vezes estranha, mas às vezes muito familiar e solidária, como as mensagens recolhidas nas páginas de algumas das mais humanas inspirações. Como nestes poucos versos da composição de B. Lopes.

O casebre esburacado
É pobre como senzala;
Tem mesmo o fogo na sala
E o picumã no telhado.

Habita-o o casal de pretos...
Vê-se no canto metido
Um oratório encardido
E atrás da porta uns gravetos.

Reina o silêncio. Anoi-tece.
Reza a mulher, de mãos postas.
O dia a um santo oferece...

Entre as ingás bem dispostas,
O proletário aparece
Com a ferramenta nas costas.¹²

A COMPOSIÇÃO

O texto com que se introduz a voz proletário substantivamente na poesia brasileira é um exímio trabalho de síntese de elementos divergentes, confluindo no produto estético. Três aspectos dominam o plano do poema: o ambiente, o homem e o trabalho. No ambiente, o físico e o social; no homem, sua origem, cultura e condição; e no trabalho, as circunstâncias e sua significação.

(12) B. Lopes. *Cromos. Poesias Completas*. Rio de Janeiro, Ed. Valverde, 1945.

Na integração de elementos inseparáveis da vida social, manifesta as condições materiais da vida, do ambiente e do valor de força de trabalho. Tal procedimento num poeta em quem cabe o conhecido aforisma de M. Bandeira acerca dos parnasianos, descreve com traços de muita sensibilidade o comum, o habitual e, até certo ponto, prosaico mundo de instantâneos de uma realidade em que mal se distinguem os pontos mais salientes. Mas B. Lopes vai buscar os elementos típicos desse mundo de abandono e de pobreza que pode estar em tantos lugares e em tantos momentos no Brasil.

A poesia extrai o passado, explica o presente e expõe o futuro. É o que parece concentrar-se nesse poema musical de um mulato integrado no pequeno mundo pitoresco e primitivo das etnias que se conformaram aos limites de uma estrutura que as explorou e que ele, Autor mesmo consciente, não alcançou romper. Como uma veste que precisa de seu modelo, os assuntos que B. Lopes toma em seu quadro exibem as marcas de uma longa tradição de cultura e de experiência que se reúnem como numa cena histórica de notáveis forças divergentes. O soneto musicaliza expressivamente um quadro de momento, cujo tempo ultrapassa os limites da realidade contida num plano atual, mas que a intuição criadora extrapola com rara coerência e com completa simpatia. Nas formas e na ordenação dos elementos desse quadro, nota-se uma harmonia, como se fizessem parte de uma peça orquestrada que transforma um pequeno som em hino e, com o desenho, o modesto tipo, em herói.

Juntam-se nessa orquestração, o culto e o popular: soneto em versos redondilhos, com rimas interpoladas nos quartetos e cruzadas nos tercetos; estrutura de rimas e de ritmos variados. Altera-se a posição das tônicas num movimento de agradável efeito sonoro e que quebra a monotonia, comum nos versos redondilhos. As vogais abertas e tônicas, que alternam com algumas nasais e algumas átonas fechadas, intercaladas entre consoantes oclusivas, os grupos consonantais com fricativas e vibrantes, provocam efeito sonoro de harmonia imitativa que lembra os ruídos domésticos, sobretudo os do crepitar do fogo. Em cada estrofe uma atmosfera e um ambiente musical. Para isso, a pobreza do material lingüístico se transforma num instrumento plurivalente, multiplicando as pos-

sibilidades do pouco material disponível, embora suficiente para a exploração. Assim, no primeiro terceto, o suave ruído das sibilantes com repetições intercaladas por vibrantes e líquidas, em contrastes com as oclusivas, que entrecortam sua evolução, produzem os sussurros e sons familiares das preces das ave-marias, que povoam os crepúsculos dos ambientes rurais ou suburbanos da numerosa população de devotos. No texto, esse ruído contrasta com os elementos sonoros do segundo quarteto, em que os contrastes se tornam mais nítidos e geram uma maior tensão entre o suave e o áspero que harmonizam um ambiente de atividade doméstica em concorrência com os do meio ambiente.

O conjunto de música e ruídos gerados nesse ambiente de paisagem natural e cultural, em que as atividades do dia-a-dia compõem com o ambiente um complexo integrado, ajuda a transformar um quadro numa cena viva em que se exibem não só as formas e as cores, como também o movimento e as atividades do homem envolvido em seu meio e do qual participa como um elemento natural. Nem mesmo a renovada sonoridade das vogais abertas do último quarteto quebra a ambientação harmoniosa dos elementos que envolvem a figura principal que se pretende realçar nesse quadro dinâmico e sonoro.

O VOCABULÁRIO E AS EVOCAÇÕES

Também com o material léxico de que se compõe o poema, tão pobre como o tema que expressa, B. Lopes conseguiu multiplicar os seus efeitos e os seus sentidos graças não só à acumulação persistente desses efeitos, mas principalmente à valorização de suas convergências com o tema da pobreza. Daí, nesse processo e nessa multiplicação, um resultado precioso de rendimento estético alcançado até com abundância.

Uma das habilidades da composição desse poema é a relativa pobreza do vocabulário, principalmente do que concerne às rimas como: *esburacado, metido, encardido, postas, dispostas*, adjetivos de origem verbal. Entretanto, pelas conotações no contexto e pelas evo-

cações, cujos sentidos se atrelam à cadeia semântica de dimensão social e histórica que entrelaça esse soneto, o resultado é contraditoriamente muito rico. Essas evocações não se restringem a conceitos, pois manifestam-se também poderosamente nas imagens propostas, sobrepujando a simples mensagem intelectual.

Desfila diante dos olhos, e não apenas como mensagem, uma série de imagens como espectros das experiências que a palavra registrou e os sentidos recolhem. Assim é que, *esburacado*, termo pouco compatível com a expressão estética, alcança notável efeito na estruturação de um objeto precário e vulnerável à ação externa, exprimindo a ausência de meios e de cuidados. O casebre, expoente concreto dessa realidade de exploração e miséria, comparável à senzala, acentua com esse adjetivo a sua fragilidade. E “pobre” do latim *pauperem* significa” o que pouco produz; posteriormente, no vulgar: o que pouco possui, sem bens materiais.

Ainda para exemplificar, na expressão *oratório encardido*, que provoca uma estranha contradição entre esse objeto sagrado e o adjetivo depreciador, é justificável exatamente pelo contágio desse meio hostil e agreste em que o antigo e manipulado objeto se deixa contagiar pelas circunstâncias. Encardido, isto é, que tem a cor do cardo ou da alcachofra, está associado, em português, às manchas do uso e ao pouco asseio das alfaias, exprimindo as manchas que o tempo e o uso constante deixam definitivas e que não se consegue tirar.

Assim também, a imagem pungente e familiar de evidente apelo religioso da mulher de mãos postas, quadro síntese da humildade, não só do gesto de fé, mas também da valorização dos símbolos de uma cultura que se projeta em cada momento, em cada espaço dessa realidade desenhada, na qual se torna verdadeiro modelo de uma existência de beatitude, uma forma de dignificação humana nessa estrutura opressora. B. Lopes lança mão desses recursos de extração dos valores consagrados na tradição e obtém sua renovação expressiva numa cadeia de símbolos e imagens que retratam o ambiente de um povo escravo e submisso, que se proletarizou no Brasil.

O verso “O dia a um santo oferece” é marca desse costume singelo de dar primeiro de si, da força do trabalho, e depois agrade-

cer. A introdução desse elemento da piedade prepara a fortíssima imagem final em que o proletário, “entre as ingás bem dispostas” – adjetivo aqui polissêmico e expressivo, com forte apelo visual – aparece como que sob um julgo numa dramática imagem em que o instrumento da sujeição, da produção e mesmo do suplício, no caso a ferramenta, evoca também a tradição religiosa.

Neste contexto em que a cadeia vocabular funciona como linhas de uma tela, sobre a qual se pintam essas figuras históricas, ressalta a senzala como um ambiente presente e identificador da procedência do proletário, figura histórica do trabalhador sem bens e sem direitos. A contrapor essa figura atual e o seu ancestral romano, B. Lopes explora, com seus olhos de cumplicidade, em sua pintura documental, o traço divergente: a religiosidade. São marcas dessa característica tão forte no proletariado brasileiro as expressões do texto: o fogo, o oratório, o santo, a oração da mulher; mas é preciso realçar a imagem final do último terceto com suas evidentes implicações evocativas, numa espécie de alegoria que transforma a ferramenta no símbolo da cruz.

O “fogo” representava na antiga Roma um valor sagrado, um direito a que só os cidadãos das classes superiores tinham acesso. Não era propriamente a substância que incendeia ou aquece e usada na elaboração de alimentos e utensílios que eles denominavam pela voz *ignis*. O fogo representava o próprio lar, o domicílio sagrado, ligado ao culto dos deuses lares ou penates, a chama que unia os espíritos da casa, a família e as divindades protetoras. Foi exatamente esse termo que se generalizou entre as línguas românicas na acepção comum de *ignis*, sem perder, no entanto, em alguns contextos, seu primitivo valor. No Brasil colônia, as residências, as casas das vilas e cidades eram contadas como fogos, p.e. uma vila de cem fogos equivalia a uma vila de cem habitações familiares.

No poema, no terceiro verso, como uma característica comparada à senzala, o fogo de uso coletivo não é índice do culto doméstico, mas expressão de um instrumento comum e cotidiano do trabalho doméstico, que se popularizou na sua forma aumentativa: fogão. Comprometido com seu valor de instrumento, no soneto, muito de longe evoca o valor sagrado que, de resto, era interdito à classe

proletária na antiga sociedade da Urbe. Esse direito só a muito custo foi alcançado na sociedade romana já na época do Império e, definitivamente, no tempo de Caracala. Neste poema o culto do sagrado, entretanto, está presente como um hábito do casal de pretos, materializado no gesto da mulher e no objeto devocional mais representativo do homem simples do interior do Brasil; objeto que evoca para muitos uma liberdade alcançada tão só simbolicamente por meio da religião: o oratório.

Também o verbo reinar, polissêmico e evocativo, traz para o contexto lembranças muito marcadas da realidade social que domina o contexto. Nesse ambiente, o silêncio é como um símbolo dessa solidão e desse respeito doméstico plenamente integrado ao espírito do ritual das ave-marias e da reza diária do final da jornada, diante do oratório necessário. A propósito, Euclides da Cunha expressa n'Os Sertões, de modo lapidar, uma frase que serve de moldura a esse quadro de B. Lopes:

*"Quem vê a família sertaneja, ao cair da noite, ante o oratório tosco ou registo paupérrimo, à meia luz das candeias de azeite, orando pelas almas dos mortos queridos, ou procurando alentos à vida tormentosa, encanta-se."*¹³

A aliteração entre reinar e rezar soa como um do vínculo entre as relações sociais e as manifestações do culto de que B. Lopes extrai as formas mais expressivas na figura da mulher, numa cena em que poderia caber também a mesa posta, que nesse quadro de pobreza, naturalmente se ausenta. Faz presença, entretanto, na sonoridade dos fonemas sibilantes reincidentes, a recitação sussurrada dessa reza diária que funciona como alento e esperança. A manifestação concreta da crença é um componente necessário da atitude resignada e paciente que o poeta soube captar nesse ambiente conhecido.

Uma outra habilidade que o soneto acentua é a do emprego pictórico dos artigos definidos e indefinidos. Como um autêntico

(13)Euclides da Cunha. *Os Sertões*. São Paulo, L. Francisco Alves, 1968. p.106.

foco de luz, os artigos definidos estabelecem os nítidos contornos dos vocábulos que introduzem, mantendo-os realçados segundo o plano da visão do enunciador que os ilumina e os colore em contraste com os elementos preparados pelos indefinidos que os obscurece ou os deprecia. Assim, “uns gravetos” exprimem a precariedade desses elementos da cena destinados, como se sabe, ao fogo. A consonância do indefinido com o oratório e o santo não causa estranheza ou depreciação. O primeiro, metido no canto como uma relíquia e companhia, o segundo, vale como símbolo também de elevação e não identidade. A indefinição aqui apenas valoriza o abstrato e simbólico que esses componentes do quadro representam. Já o casal, a mulher, o proletário, a porta e outros mais, fazem parte do mecanismo de ação diária que dá movimento à cena e a dramatiza nas suas relações com o universo exterior. A nitidez que esses elementos apresentam também se valoriza no processo sintático, no trato estilístico da ordem sujeito e predicado, pois nela também se imprimem as relações de preferência e de preeminência na ordenação dos elementos do poema e, além disso, ajudam a estabelecer a harmonia da cena.

Nesse poema, que ambienta num momento bucólico do século XIX, num Brasil indígena e africano – que o cromo também indicou com os vocábulos *senzala*, *picumã* e *ingás* –, mas, mergulhado na tradição milenar, B. Lopes imprimiu traços apurados e até certo ponto sofisticados, que desenham os objetos que escolheu para compô-lo e situá-lo no seu momento histórico, projetando ainda nele, como em outra dimensão o passado e algumas sombras do futuro. No terceto final, a imagem é prenunciadora de uma cena cristalizada, imóvel, numa composição binária com a figura da “mulher de mãos postas” São três versos em que a frase simples e pobre tema que a obra mostra, divide em dois adjuntos adverbiais a ladear o sujeito e o seu predicado, como se estivesse limitado às circunstâncias do lugar e do instrumento. Como numa “entré” dramática, que reproduz analogicamente um quadro histórico para retratar o operário nesse quadro social em que muitos se originaram da condição de ex-escravos, o proletário é visto e aparece. Com a ferramenta nas costas, numa cena absolutamente familiar nos fins de

tarde do Brasil proletário. Imagem da opressão simbolizada por um instrumento que poderia ser o de libertação. Preso nessas circunstâncias, o trabalhador assume um papel de herói dramático, poder-se-ia dizer até, trágico nessa realidade em que se enquadra e que não consegue transformar a não ser para usufruto do opressor.

O mulato Bernardino da Costa Lopes soube ver e descrever, na sua complexa pinturinha, com as tintas de sua própria condição, emoldurada com música de soneto, talvez as mesmas sensações de sofrimento e tolerância dos trabalhadores de agora, que se vão reproduzindo entre as atividades operosas e as piedosas devoções, numa oferta permanente de serviço e humildade. Ao fazer aparecer como pano de fundo a antiga tradição, que o seu poema recupera, B. Lopes, com muita habilidade e imaginação, elaborou, também com seu esforço, uma peça significativamente viva que une diversos momentos históricos e projeta as marcas de uma situação que há vários séculos se desenha na sociedade ocidental. Como um "desígnio" difícil de mudar, apesar das propostas como as do Manifesto e dos alertas desses textos que este trabalho apenas procurou lembrar.

O pequeno texto lírico, mas de fundo dramático, inserido entre os outros cromos, ainda serve de fotografia ou esboço de uma realidade social de desigualdades, que a poesia é capaz de registrar, ora como alento ou esperança, ora como lamento. Às vezes, como exortação.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, M. de. "Primeiro de Maio" em *Contos Novos*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1947.
- ASSIS, M. de. "A reforma pelo jornal" em *O Espelho*, 23 de outubro de 1859. *Obras Completas*. Rio de Janeiro, Jackson, 1937.
- BECKER, I. *Pequena história da civilização ocidental*. São Paulo, Dominus, 1965.
- BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo, Cultrix, 1974.
- CÂNDIDO, A. *Formação da literatura brasileira*. (momentos decisivos). 4ª. ed. São Paulo, Martins, 1971. 2 v.

- _____. *Sílvio Romero. Teoria, crítica e história literária. Seleção e apresentação de Antonio Cândido. São Paulo, Edusp, 1978.*
- COROMINAS, J. *Diccionario crítico y etimológico de la lengua castellana. Madrid, Gredos, 1954.*
- COULANGES, F. *A cidade antiga. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1971.*
- CUNHA, E. da. *Os sertões. 27ª ed. Rio de Janeiro, L. Francisco Alves, 1968.*
- CURTIUS, E. R. *Literatura Européia e Idade Média Latina. Tradução de Paulo Rónai e Teodoro Cabral. São Paulo, Hucitec-Edusp, 1996.*
- DAUZAT, A. *Dictionnaire etymologique de la langue française. Paris, L. Larousse, 1938.*
- ERNOUD, A. & MEILLET, A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine. 4ª ed. Paris, Klynksieck, 1967.*
- GÓES, C. *Diccionario de raizes e cognatos da língua portuguesa. 2ª ed. Rio de Janeiro, Alba, 1936.*
- LOPES, B. *Cromos. Poesias Completas. Rio de Janeiro, Ed. Valverde, 1945.*
- MALET, A. *Roma. Buenos Aires, L. Hachette, 1942.*
- MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista. 5ª ed. Rio de Janeiro, Vitória, 1963.*
- SODRÉ, N. W. *História da literatura brasileira. 4ª. ed. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1964.*
- VALDEAVELLANO, L. G. *Historia de España. Madrid, Alianza Editorial, 1973. 2 v.*

ABSTRACT: *This work, after considering some historical elements of the word **proletário**, examines some of the most important occurrences in brazilian literature texts, specially in the 19th century, and comments the utilization of this word in one of the "Cromos", published by B. Lopes in 1881.*

Keywords: *proletarian, social class, etymology, stylistics, history, literature, Marxism.*